

Financiando à barbárie: O BNDES como intelectual coletivo da extração de mais-valor e das expropriações na contemporaneidade (2010-2014)

João Paulo de Oliveira Moreira¹

Resumo: À luz do livro 1 de O Capital, o presente trabalho buscará analisar o papel do BNDES, na formulação intelectual de políticas que amplificam a extração de mais-valor na contemporaneidade. Compreendemos o capital enquanto uma lógica socioeconômica relacional, inserida numa dinâmica específica de dominação imaterial das coisas que os homens produzem para os próprios homens, o que implica uma verdadeira prisão a essa forma de dominação, que impossibilita a emancipação humana. Além de incrementar o aporte financeiro aos empreendimentos às multinacionais brasileiras, o banco cumpriu a tarefa de elaborar técnicas gerenciais para a extração de mais-valor. Nesse sentido, faremos uma breve exposição de parte do aparato categorial exposto por Karl Marx no livro 1 de sua principal obra, em razão de que pretendemos articular as noções de *Valor*, *Mais-Valor*, *Capital*, *Expropriações* com as formulações intelectivas presentes nos relatórios anuais do BNDES entre os anos de 2010-2014. Entendemos ser o BNDES uma peça estratégica na formulação de um consenso, acerca da lógica empresarial-empreededora no próprio seio da classe trabalhadora brasileira. Portanto, este importante intelectual coletivo, otimiza o financiamento da internacionalização de empresas brasileiras simultaneamente a barbárie da devastação ambiental, além de fornecer importante subsídio na racionalização gerencial de técnicas de extração de valor pra dentro e fora do Brasil.

Palavras-chave: BNDES; Intelectual Coletivo; Mais-Valor; Expropriações.

Funding for barbarism: The BNDES as a collective intellectual for the extraction of more value and expropriations in contemporary times (2010-2014)

Abstract: In light of Book 1 of The Capital, the present work will seek to analyze the role of the BNDES, in the intellectual formulation of policies that amplify the extraction of more value in the contemporaneity. We understand capital as a relational socioeconomic logic, inserted in a specific dynamics of immaterial domination of the things that men produce for men, implying a real imprisonment to this form of domination that makes human emancipation impossible. In addition to increasing the financial contribution to the enterprises to the Brazilian multinationals, the bank fulfilled the task of elaborating management techniques for the extraction of more value. In this sense, we will give a brief exposition of the categorial apparatus exposed by Karl Marx in Book 1 of his main work, because we intend to articulate the notions of Value, More-Value, Capital, Expropriations with the intellectual formulations present in the annual reports Of BNDES between the years 2010-2014. We believe that the BNDES is a strategic piece in the formulation of a consensus about entrepreneurial-entrepreneurial logic in the very heart of the Brazilian working class. Therefore, this important collective intellectual optimizes the financing of the internationalization of Brazilian companies simultaneously to the barbarism of the environmental devastation, besides providing important subsidy in the managerial rationalization of techniques of extraction of value for inside and outside Brazil.

¹ Doutorando em História Social pelo PPGH/UFF.

Keywords: BNDES; Collective Intellectual; More-Value; Expropriations.

O Livro 1 de O Capital:

Tomando por referência os primeiros escritos de economia política, o início da preparação de *O Capital* se deu entre 1843-1844, quando Marx tornou-se editor da Gazeta Renana até o seu fechamento por perseguições políticas. No exílio em Paris dirige os Anais Franco-Prussianos, onde Engels escreve um artigo sobre economia política inspirando Marx a se aprofundar neste tema, entendido até então a partir das contradições da economia baseado no trato mercantil. Os primeiros economistas lidos por Marx foram Adam Smith, Jean Baptiste Say e John Stuart Mill, além dos socialistas franceses. Já em 1844, o autor tem a intenção de partir de uma crítica imanente da economia política para superar os limites formulados pela mesma.

As condições materiais para a escrita dos manuscritos (*Grundrisse*) e de *O Capital* por Marx foram extremamente desafortunadas, tanto por perdas familiares, doenças, precária situação financeira e polêmicas no seio do movimento socialista, o que atrasou significativamente a sua retomada dos estudos sobre economia política. Ademais, Marx foi correspondente internacional do New York Tribune, profissão considerada pelo próprio autor como fruto de uma necessidade imperiosa e que lhe custou à redução do tempo disponível para os estudos (MARX, 2008, p.52).

Entre 1861-1863, o repertório categorial do livro 1 já está construído, qual seja, as características definidoras da crítica à economia política. Durante o ano de 1865 os manuscritos que serviram de base para a sua principal obra já se encontrava em estágio avançado, terminado em 1866 e entregue ao público em 1867, assim como grande parte do material a partir do qual Engels editaria os tomos de sua principal obra.

No prefácio da 1ª edição, é apontado que o livro 1 trata-se de uma continuação da obra “Contribuição à crítica da economia política” (1859), cujo intuito já era estudar o modo de produção capitalista, suas correspondentes relações de produção e circulação, através das leis, tendências e atuações (MARX, 2013, p. 77). Na obra, nos deparamos com um alto nível de abstração², em que Marx empreende uma contundente crítica imanente da economia política, ou seja, ele se apropria de teorias pretéritas para melhor analisar a realidade.

² O ato de abstrair indica uma separação analítica que retira do todo um (ou alguns) de seus conteúdos ontológicos.

O capital³ é entendido enquanto uma relação social que envolve trabalhador X patrão. Uma lógica típica de uma época sócio-histórica cuja dinâmica específica impõe uma dominação imaterial das coisas produzidas pelos homens sobre eles mesmos. O capital é o movimento que amplia o valor, transformando-o em mais-valor, ou melhor, trabalho humano em abstrato se expandindo permanentemente. Ao longo de sua obra e militância, Marx empreendeu uma crítica ontológica materialista à sociabilidade do capital e ao capitalismo como modo de produção que possibilita o *desenvolvimento do capital*. Desenvolvimento em Marx significa o aumento da complexidade de um objeto, dado que o objeto angular de seus estudos era o modo de produção capitalista, a noção de desenvolvimento pode ser entendida como expansão da própria sociabilidade do capital:

Dentro dessa perspectiva, portanto, podemos dizer que o capital é tanto mais desenvolvido, quanto mais ampla a sua atuação. Ou seja, por mais contra-intuitivo que pareça, o fato de o capital ampliar seu alcance territorial (tendência à formação do mercado mundial), penetrar nas mais distintas esferas da vida social (como, por exemplo, as artes, esportes, relações familiares, de afeto etc.) e atuar em um número maior de setores (como, por exemplo, aqueles originalmente conduzidos pelo Estado, nos quais a lucratividade é relativamente diminuta e o retorno é mais demorado), imprimindo, em todos esses casos, a sua lógica de funcionamento, significa que o capital se desenvolveu. (MARX, 2011, p.438)

Tal apreensão acerca deste termo distingue-se da atribuição corrente na ciência econômica, a da passagem de um estágio pior para outro melhor (BONENTE, 2011), ou do marxismo vulgar, chamado por Fontana de “fossilização dogmática” (FONTANA, 1998), que compreendia o desenvolvimento como sucessão de etapas históricas ou de modos de produção, cujo caminho inexorável desembocaria no socialismo. A noção de desenvolvimento não pode ser dissociada do caráter expansivo da dinâmica de acumulação capitalista. Marx identifica que este movimento possui três *tendências* constitutivas e articuladas: 1- **Concentração** (concentração crescente de meios de

³ Ivan Cotrim (COTRIM, 2008) salientou que o capital, como relação social e política, dominante, só tem efetividade com a relação de troca entre capital como trabalho acumulado, por um lado, e trabalho vivo, ou capacidade, força de trabalho, por outro, e sua condição é a existência de homens trabalhadores que não possuem outra mercadoria para trocar além dessa capacidade, dessa força de trabalho.

produção e do comando sobre o trabalho nas mãos de capitalistas individuais); 2- **Centralização** (centralização do comando, expropriação do capitalista pelo capitalista; alteração na repartição dos capitais) 3- **Aumento da composição do capital** (determinada pela proporção da divisão do capital em constante e variável).

Na Lei geral da acumulação capitalista, Marx fornece importantes subsídios para compreender a dimensão articulada entre riqueza e pobreza em pólos distintos. A Lei geral nos oferece um importante aporte para o entendimento de que o desenvolvimento em Marx não pode ser tomado de forma unidimensional, por um lado progresso, por outro devastação, mas de maneira articulada modernidade, progresso e riqueza com devastação, pauperização, precarização etc.

“Ao proferir sentenças a respeito do desenvolvimento capitalista, fazemos referência à sua dinâmica objetiva de funcionamento, às tendências que regulam sua transformação ao longo do tempo, seu decurso histórico causalmente determinado. Ou seja, ao contrário do que normalmente se afirma, o desenvolvimento capitalista não é entendido aqui como a passagem de um estágio de privação material (países pobres, periféricos, terceiro mundo) para o estado de plethora material (países ricos, centrais, primeiro mundo), como quer que se meça essa transição (pelo produto per capita, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.). Falar sobre o desenvolvimento da produção capitalista significa falar sobre a operação de suas leis em escala global.” (BONENTE, 2011, p. 50)

O capitalista, portanto, tem como objetivo expandir a forma valor. Para produzir valor é necessário um “tempo de trabalho socialmente necessário”, que se constitui no tempo requerido para produzir um valor de uso, “o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém.” (MARX, 2013). Se o trabalho é fundante na história da humanidade, entendemos que somente no capitalismo ele assume uma centralidade. Posto isso, concluímos que somente **no** e **sob** o capitalismo, há a necessidade dos trabalhadores adquirirem habilidades e aptidões, através de formação ou treinamento determinados, com o objetivo de aprimorar a capacidade de trabalho e forjar um “estar no mundo” adequado à reprodutibilidade do capital.

Valor

Falar em valor depende associar a trabalho abstrato, alienação e estranhamento, possuindo um entendimento ontonegativo pelo ângulo mais agudo de sua concreção, o da conversão da atividade vital do trabalhador em valor para o capital (COTRIM, 2011). O valor como já citamos anteriormente é trabalho abstrato em permanente e incontrolável expansão. A sua dimensão temporal é fundamental para compreendermos que esta sociabilidade produz, através da sua própria dinâmica, a redução no tempo de trabalho socialmente necessário, através de uma série de modificações técnicas. Mario Duayer em artigo denominando “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho” (DUAYER, 2012), reafirmou a subordinação dos sujeitos à dominação abstrata do produto de seu trabalho como capital, sendo este um elemento constitutivo da Lei do Valor.

Mais-Valor

O mais-valor é o excedente do valor do produto sobre a soma dos valores de seus elementos formadores, ou seja, o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente desembolsado. Produzir mais-valor constitui o conteúdo e a finalidade específica da produção capitalista (p. 369). A taxa do mais-valor depende, em primeira instância, do grau de exploração da força de trabalho e constitui-se elemento da acumulação com sua contínua reconversão em capital (MARX, 2013).

O aumento do mais-valor é imposição essencial do capital. O capital, portanto, define-se como processo de valorização do valor. Para se consolidar enquanto um sistema dominante, o capital teve que romper entraves dos modos de produção precedentes e eliminar as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso constitutivo da autorreprodução contínua. Nesse sentido, segundo István Mészáros, o capital constitui um sistema sóciorreprodutivo orientado pela expansão e concentração com vias a valorizar o “valor” permanentemente, sendo qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva passível de ser removido, independente dos recursos a serem empregados, tais como a devastação ambiental, o genocídio, a retirada de direitos etc. (MÉSZÁROS, 2002)

Esta primordialidade de apropriação em larga e crescente escala da extração de mais-valor condiciona o capital para além de quaisquer fronteiras nacionais. Posto isso, o próprio movimento real do capital implica a necessidade da criação de novos espaços para a acumulação, disseminando em escala global esta sociabilidade específica.

Expropriações

No capítulo 24 do livro 1, “A assim chamada acumulação primitiva”, fica evidente que o processo de expropriações não representa um “mal de origem”, mas sim parte constitutiva do próprio movimento do capital. A relação social capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho (MARX, 2013). A subjugação do trabalhador é o ponto de partida para o desenvolvimento do assalariamento, mormente com a expropriação da terra pertencente à população rural. Dominação que também se desenvolveu via espoliação brutal dos povos colonizados, seja através do saqueio, escravização, seja por meio dos monopólios, todos foram elementos que alavancaram a concentração de capital.

Posto isso, o que Marx busca demonstrar é que a resultante da acumulação primitiva do capital é a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no trabalho. Ademais, fica evidente que no próprio interior do sistema capitalista é engendrada a barbárie.

Virgínia Fontes nos chama a atenção para o fato de que a temática das expropriações é abordada como condição episódica, primitiva ou até mesmo anterior ao próprio capitalismo (FONTES, 2010). Recusamos frontalmente esta interpretação, uma vez que para além do próprio título “A **assim chamada...**”, a temática das expropriações atravessa o conjunto da obra O Capital, enquanto processo, permanente, e condição da constituição e expansão da base social capitalista. Em trecho lapidar sobre as expropriações no capitalismo contemporâneo, Fontes aponta que:

Atualmente vivemos uma expansão das bases primárias sobre as quais assenta a relação social capitalista. (...) A expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreadjada local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas. A

começar pelo fato de que essa população - e parcela daquela que persiste no campo - depende crescentemente do mercado para subsistir e, quer se configure em disciplinada massa trabalhadora, quer como população “sobrante”, depende, para sua existência, de relações mercantis. Como já ressaltado por inúmeros autores, não há lado de fora do mundo mercantil, ou “exclusão do mercado”, como foi repetidamente empregado o termo.” (FONTES, 2010, p. 50-51)

O BNDES como intelectual coletivo da extração de mais-valor e das expropriações na contemporaneidade

Análise dos relatórios anuais

Os relatórios anuais do BNDES tem por objetivo apresentar a atuação do banco no ano decorrido, bem como as sínteses acumuladas em reuniões de distintos setores operativos e departamentos do banco, fornecendo-nos importante subsidio para compreender a defesa de uma dada agenda para o desenvolvimento do e para o capital.

Um estudo de caso: O relatório de 2010⁴

O relatório é aberto com uma mensagem do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, em que enaltece o recorde histórico de desembolsos do BNDES (168,4 bilhões) e a consolidação do banco como “principal agente do desenvolvimento do país”, mormente na área de infraestrutura. O “recorde” deve ser entendido como uma das frentes de política anticíclicas adotadas ainda no governo Lula com o objetivo de conter a crise econômica mundial. Nesse sentido foi criado o Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), cujo estoque da carteira atingiu 124,5 bilhões ao final de 2010, reduziu os custos dos financiamentos para os segmentos de bens de capital, inovação e exportação, bem como alongou os prazos de amortização e carência para utilização dos recursos. (Relatório Anual do BNDES, 2010).

Luciano Coutinho continuou com o encômio as políticas anticíclicas do governo, que contou com a indução do BNDES (p.10) e destacou a formalização da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA). A RSA passou a ser importante instrumento para alçar o banco à lógica da economia verde ao incorporar a pauta financeira aos projetos socioambientais. Uma contradição aparente que devemos

⁴ Em 2010 o BNDES estava vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

apontar é o compromisso firmado no relatório em monitorar e avaliar os impactos e os resultados socioambientais gerados pelo próprio BNDES e pelas atividades que apoia financeiramente, uma vez que o próprio banco desde os anos 1990 incorporou a pauta da “responsabilidade ambiental” como condicionalidade para financiar projetos.

Relevante na mensagem de Luciano Coutinho é a listagem de desafios para 2011, à vista que deixa evidente uma nova “modelagem” para refinar as formas de extração de valor e mais-valor no país, articuladamente com um repertório marcado por substantivos femininos carregados de uma poderosa carga ideológica e potencial para forjar consensos, tais como: **gestão, competência e técnicas**. Ainda que não sejam termos novos, nos parece que estão carregados de um sentido que busca aprofundar a naturalização do trabalho e garantir um amplo consenso acerca da produção ininterrupta de uma massa de trabalhadores dispostos a vender a sua força de trabalho, com maior ou menor qualificação, porém com muito afinco, e da apropriação do trabalho excedente sobre a forma de valor.

Vejamos a seguinte passagem:

A agenda de 2011 não é menos desafiadora. As distintas Áreas Operacionais e projetos estratégicos corporativos foram mobilizados e desenhados para fazer frente a desafios como: colaborar para manter a taxa de crescimento do investimento à frente da expansão econômica, como forma de ampliar a oferta agregada; apoiar exportações de bens e serviços intensivos em engenharia para lograr uma balança comercial mais diversificada; financiar projetos complexos de infraestrutura para mitigar desequilíbrios no processo de desenvolvimento econômico; colaborar com o esforço de modernização da gestão pública; fomentar o investimento em inovação e na sustentabilidade socioambiental; e participar ativamente do fomento ao desenvolvimento local, à inclusão produtiva e da ampliação do acesso ao crédito, instrumentos essenciais do processo de erradicação da pobreza. Para enfrentar essa agenda, o BNDES tem investido na incorporação das melhores práticas de gestão de recursos e pessoas e tem perseguido a conclusão da implantação de sistemas integrados, por meio do projeto AGIR. Em especial neste ano, o BNDES dará foco no fortalecimento de competências executivas e técnicas. Para tanto, 2011 foi definido como o “**ano da gestão**”. (Mensagem de Luciano Coutinho, Relatório do BNDES, 2010, p.11)

Em outra passagem interessante do relatório, é elencado um conjunto de objetivos para o ano seguinte, no caso 2011, articulando conhecimento científico à aplicação técnica voltada para o trabalho, “A excelência é o resultado da combinação de competência técnica,

conhecimento aplicado, foco na relevância e capacidade inovadora, impulsionados por incansável esforço de superação.” (Relatório Anual do BNDES, 2010).

Os objetivos elencados foram os seguintes:

1. Perseguimos permanentemente a formação técnica e a inovação.
2. Valorizamos a capacidade de realização por meio da proatividade, do pragmatismo e do rigor metodológico.
3. Incentivamos a produção de conhecimento norteadas pelos desafios da sociedade brasileira.
4. Estimulamos a vontade de aprender e a disseminação do conhecimento.
5. Valorizamos o trabalho em equipe, o compartilhamento dos conhecimentos e das experiências e a cooperação.
6. Perseguimos a qualidade, a consistência e a efetividade das ações por meio de discussões coletivas e decisões compartilhadas.
7. Estimulamos o sentimento de realização profissional e pessoal nas equipes pelo reconhecimento de suas contribuições.” (Relatório Anual do BNDES, p.21)

Ainda no ano de 2010, o BNDES realizou o acompanhamento do Sistema de Gestão da Estratégia (SGE), desenvolvido e implementado em 2009. Para isso, foram estruturadas planilhas de acompanhamento de indicadores para as áreas do Banco que, de acordo com a periodicidade adequada, analisaram o resultado da estratégia planejada. Destaque-se que todos os indicadores estão atrelados aos objetivos estratégicos do BNDES, sendo distribuídos pelas perspectivas do Mapa Estratégico Corporativo:

- Desenvolvimento Sustentável e Competitivo;
- Sustentabilidade Financeira;
- Processos Internos; e
- Aprendizado e Competências.

Pormenorizado, as “orientações estratégicas corporativas” referentes ao “Desenvolvimento sustentável e competitivo” tratava do desenvolvimento regional, geração de emprego e **internacionalização** (Idem, p. 49). Para dar conta desses objetivos, a indicação era subsidiar prioritariamente projetos referentes ao desenvolvimento socioambiental, infraestrutura e entorno de projetos, ao mesmo tempo que buscariam ampliar as fontes de recursos interna e externamente.

No mesmo ano foram realizadas 10 reuniões do Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais (CAR-IMA) com a participação do presidente do BNDES e demais membros sobre os temas de APLs, desenvolvimento regional e socioambiental e inovação. Salientou-se a estreita interação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Tais oficinas visaram discutir em detalhes as informações e os resultados produzidos pelas equipes de pesquisadores estaduais que realizaram o estudo com os diferentes atores que compõem os núcleos estaduais. Na mesma ocasião, associado às oficinas de políticas, o GTP realizou oficinas sobre o acesso ao crédito nos estados, também com os núcleos estaduais de apoio a APLs e em estreita articulação com a **Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE)**, visando promover o debate acerca das dificuldades de acesso ao crédito por parte de empreendedores.

Com o objetivo de identificar formas de aprimorar e ampliar a atuação do Banco nas formas de extração do valor foram organizadas oficinas sobre experiências de políticas públicas para o desenvolvimento inovativo, social e sustentável, a fim de conhecer e discutir as experiências de políticas de instituições governamentais e não governamentais do país. A agenda das oficinas voltou-se para a inovação tecnológica, tendo sido realizados 19 encontros. Da mesma forma, seminários nacionais e internacionais foram organizados, também visando aprofundar tais temas com a contribuição de especialistas. Alguns seminários foram realizados em parceria com organismos federais, ministérios e suas agências internacionais, assim como **representações empresariais**. Foram realizados os seminários “A Evolução e Dinâmica de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais – ASPILs Mde MPEs no Brasil”, “Análise das Políticas de APLs no Brasil”, “A Nova Geração de Políticas para o Desenvolvimento Produtivo: Sustentabilidade Social e Ambiental”, além de reuniões de trabalho, como “Mudanças em Curso no Nordeste” e “Amazônia: Transformações, Dilemas e Novas Políticas de Desenvolvimento”.

Formulação de políticas para o capital, veio por intermédio da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (RSA); Propostas de gestão e formação técnica; Programa BNDES Saúde (2010) – primeira PPP da saúde no Brasil, hospital do subúrbio em Salvador-; Financiamento do complexo prisional de Ribeirão das Neves (MG) –PPP-; Projetos de alívio da pobreza via parceria com ONG’s, OSCIPS e institutos privados (destaque para Instituto Camargo Corrêa, Cáritas e Inst. Cooperforte).

BNDES e expropriações dos povos tradicionais via inserção capital-imperialista:

Verifica-se desde os anos 1970/1980, um crescente interesse no debate ambiental⁵ e dos conflitos que emergem do avanço capitalista sobre a natureza, tanto por parte dos círculos acadêmicos, quanto pelo lado dos movimentos sociais. Após as diversas manifestações de 1968 e a organização do Primeiro Dia da Terra nos EUA (1970), ocorreu uma bifurcação da abordagem teórica e da própria práxis socioambiental: 1) Povos Tradicionais, Marxistas e a corrente vinculada a “Ecologia Política”, que incorporam os conflitos e contradições a temática ambiental; 2) Pós-Modernos, que discutem a questão ambiental de maneira fragmentada e descolada da totalidade sistêmica do capitalismo ou intelectuais orgânicos de instituições financeiras que buscam conciliar os interesses do capital com a natureza.

Os povos tradicionais possuem a riqueza do conhecimento local, a conservação dos ecossistemas e coexistência com o meio ambiente enquanto um modo de vida, ou seja, uma cultura comunitária (alimentação, remédios caseiros, plantas, além da pesca) do *Buen Vivir*. O conhecimento das populações tradicionais é condição fundamental para a conservação do meio ambiente. Nesse sentido, o conjunto dos povos tradicionais são entendidos na sua diversidade: indígena, quilombola, camponesa, seringueiros, povos das águas etc.;

A corrente marxista retomou preocupações que já haviam sido colocadas pelo próprio Marx e Engels⁶ em suas obras. Karl Marx em três artigos na *Gazeta Renana*, em 1842, intitulados “*Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira. Por um Renano*”, questiona a modificação da relação jurídica do Estado com a propriedade, ao proibir os lenhadores de extraírem a madeira para seu sustento, o que representou uma

⁵Devemos mencionar a relevância da obra pioneira “Primavera Silenciosa” (São Paulo: Editora Gaia, 2010), da bióloga Rachel Carson, em 1962. O livro, escrito em pouco mais de quatro anos, apresenta inúmeros documentos científicos de diferentes fontes, comprovando as afirmações da autora que desencadearam uma investigação no governo Kennedy. De imediato, inspirou a rede de TV CBS a produzir um documentário, assistido por 15 milhões de telespectadores, que mostrava os efeitos nocivos do DDT à saúde, fato que poderia, inclusive, alcançar mais de uma geração, uma vez que resíduos dessa substância tóxica podem ser encontrados no leite humano.

⁶ Friedrich Engels discutiu o problema da poluição na Inglaterra no século XIX, em “A situação da classe trabalhadora inglesa” (2010), mas foi em “Dialética da Natureza” (1974), que Engels deu a sua grande contribuição ao propor uma articulação dialética entre as ciências naturais e as ciências humanas, naquilo que ele considerava uma unidade.

fratura no sociometabolismo da relação ser social-natureza,abrindo margem para refletirmos acerca do preservacionismo-propriedade privada X coexistência do ser social com a natureza.Em “*Sobre a questão judaica*”(1843),Marx criticou o aprisionamento do ser social pelo mundo da mercadoria,ao transformar em propriedade os peixes na água,as aves no céu e as plantas na terra.Por sua vez,em “O Capital”,a principal obra do alemão,a questão ambiental também apareceu,quando o autor escreveu sobre a fratura no metabolismo do solo causada pela agricultura industrializada e em outras importantes passagens.

Destacamos aqui o que o autor passou a enfatizar como a necessidade de uma regulação racional do metabolismo entre ser humano e natureza, como fundamental para a criação de uma sociedade racional, para além do capitalismo.Terra ou solo constituem a condição inalienável para a existência e reprodução da cadeia das gerações humanas. Como ele declarou:

"Mesmo uma sociedade inteira, uma nação,ou todas as sociedades simultaneamente existentes no seu conjunto, não são proprietárias da Terra.Elas são simplesmente as suas possuidoras, as suas beneficiárias, tendo que transmiti-la, num estado melhorado,às gerações seguintes,como *boni patres familias* (bons chefes de família⁷)".

Outros importantes marxistas⁸ deram prosseguimento às análises onde o meio ambiente e os conflitos que emergem da expansão do capitalismo são entendidos no conjunto da sua totalidade.Salientamos o peruano José Carlos Mariátegui,que pensou uma articulação da tradição das lutas indígenas com o socialismo,valorizando os modos de vida e a racionalidade dos indoamericanos.

“Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se.O socialismo ordena e define as reivindicações das massas,da classe trabalhadora.E,no Peru,as massas –a classe trabalhadora–são indígenas na proporção de quatro quintos⁹”.

⁷ O Capital,vol. 1.London:Penguin,1976,p.637.

⁸Ver:BELLAMY FOSTER(2005);HARRIBEY(2001);LEFEBVRE(2008);LOWY(2009;2014); MÉSZÁROS(2002);SMITH(1988);QUAINI(1979).

⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos. (seleção de Michael Löwy). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005p.110.

Além disso, Mariátegui ressaltou a centralidade da terra, elemento fundamental para os povos tradicionais, enquanto principal bem a produzir e reproduzir a existência dos povos tradicionais, daí a dramaticidade das expropriações para estes povos:

“A terra sempre foi toda a alegria do índio. O índio desposou a terra. Sente que ‘a vida vem da terra’ e volta à terra. Finalmente, o índio pode ser indiferente a tudo, menos à posse da terra que suas mãos e seu alento lavraram e fecundaram religiosamente¹⁰”.

Foi a Ecologia Política Estadunidense que trouxe a noção de conflito socioambiental para as discussões acadêmicas¹¹. Tendo sido trazida ao Brasil por Henri Acserlad e tomado uma grande proporção por toda a América Latina, com grandes nomes como Héctor Alimonda, Arturo Escobar, Horacio Machado Aráoz, Enrique Leff, entre outros. A crítica ao passado colonial e, conseqüentemente, a colonização da natureza, assume centralidade nesta corrente:

Una reflexión latinoamericana sobre la Ecología Política de nuestra región tiene como referencia fundante el tremendo trauma de la conquista del continente por los europeos. Al decir esto, no estamos encadenando la reflexión contemporánea en una determinación monista omniexplicativa, como en algunos excesos de la teoría de la dependencia.. Primero, porque nos estamos refiriendo a una de las experiencias más violentas y radicales de la historia de la humanidad (pensemos solamente en las transformaciones en el valle de México entre 1520 y 1540!). Pero también porque no la tomamos literalmente como factor causal de toda la historia posterior, sino como ruptura que da origen a la particular heterogeneidad y ambigüedad de las sociedades latinoamericanas, y como una presencia/ausencia espectral en la constitución de los lazos e imaginarios sociales¹².

Nesse caso, os autores supracitados¹³, priorizam em suas investigações a compreensão da permanência de uma natureza colonizada na América Latina e do desenvolvimento predatório em detrimento das formas de vida tradicionais. A Ecologia

¹⁰ IDEM, 2008, p.63.

¹¹ Ver: ROBBINS, P. Political ecology: A critical introduction. Cambridge, Mass: Blackwell, 2004.

¹² ALIMONDA, Héctor. “Una herencia en comala: Apuntes sobre la Ecología Política latinoamericana y la tradición marxista”. Revista Ambiente & Sociedade, Ano 4, N.9, 2001, p2-3.

¹³ A obra coordenada por Héctor Alimonda “La Naturaleza Colonizada: Ecología Política y Minería en América Latina” (Buenos Aires: Clacso, 2011) constitui grande referência coletiva acerca da Ecologia Política na América Latina. Ver também: ARÁOZ (2014); ESCOBAR (2005); LEFF (1986)

Política configura-se como um importante campo de confluência e retroalimentação mútua entre as ciências humanas e as ciências da natureza, mormente por incorporar a noção de que todos os projetos ecológicos são também projetos políticos e econômicos, e vice-versa¹⁴.

O outro lado da bifurcação veio com os estudos ambientais em separado do conjunto da sociedade, como esfera autônoma, em “migalhas” e imune aos projetos políticos e econômicos. Nos anos 1970, a American Society of Environmental History consolida a ideia de que existe uma História Ambiental, termo criado pelo historiador Roderick Nash¹⁵ e difundido nas diversas conferências promovidas pela ONU, Unesco, Clube de Roma, Banco Mundial e FMI. Esta vertente desembocou numa clara tentativa de convergência entre capitalismo e meio ambiente, que assumiu inúmeras nomenclaturas (Desenvolvimento Sustentável e/ou Economia Verde¹⁶).

A noção de “Desenvolvimento Sustentável” foi elaborada na luta dos povos tradicionais da floresta pela defesa de uma visão da natureza diferente da preservacionista clássica, intocada. A luta dos povos tradicionais da floresta pressupõe que para existir floresta, devem existir os povos que cuidam das florestas, ou seja, que coexistem com elas. No relatório Brundtland (1987), a ideia de *Desenvolvimento Sustentável* é apropriada e toma uma nova feição, priorizando o crescimento econômico e descrevendo o nível de consumo mínimo partindo das necessidades básicas, mas omisso na discussão detalhada do nível máximo de consumo nos países

¹⁴HARVEY, David. O Novo Imperialismo, São Paulo: Editora Loyola, 2005.

¹⁵NASH, Roderick. “Environmental history”, em Herbert J. Bass, ed. The state of American history Chicago, Quadrangle Press, 1970, p. 249-260.

¹⁶O termo “Economia Verde” apareceu no Relatório “rumo à economia verde”, das Nações Unidas, de 2012, com o objetivo de ser discutido na Rio+20. Embora existam controvérsias em torno desta e de outras definições de economia verde, o processo privilegia os mecanismos de mercado entendidos como uma forma institucional adequada à produção de um modelo econômico, combinado com conservação ambiental que, junto com novas tecnologias, podem contribuir para o que seria uma “economia de baixo carbono”. Três dos instrumentos centrais deste processo são o mercado de carbono, os chamados Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) e os “ajustes tecnológicos”. Ver: *Economia Verde: O que é feito em nome do meio ambiente e do clima?*, Caderno de estudo nº5, Março de 2016, Rede Jubileu Sul, disponível em: <http://www.jubileusul.org.br/>.

industrializados¹⁷.O sentido não era,naturalmente,o de transformar o modelo de produção e consumo com base na problemática socioambiental,mas de implantar uma estratégia de adequação ambiental ao desenvolvimento produtivista.

Tal noção foi amplamente discutida durante a II Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992(Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento-CNUMAD-popularmente conhecida como ECO-92),onde os participantes consideraram que os modos de vida tradicionais representavam um contraponto ao modelo urbano-industrial e,nessa perspectiva,elaborou-se um paradigma de participação na gestão ambiental com o objetivo de conciliar os interesses econômicos com o meio ambiente,e assim “moldar” o desenvolvimentismo clássico:

En cambio, sostenibilidad se incorpora al nuevo discurso para implementar un nuevo modelo de política económica que incluy al ambiente como razón y fundamento de cambio y simultáneamente como mercancía sin contestación social¹⁸.

A demonstração de que a conciliação entre os interesses do capital e a preservação ambiental são irreconciliáveis é a ofensiva brutal do final dos anos 1990 aos dias atuais as conquistas históricas de grupos indígenas,quilombolas e tradicionais pela América Latina,considerados “entraves” ao desenvolvimento:

...seja pela ação do Estado,seja pelas conseqüências das atividades econômicas voltadas à acumulação de capital,a sustentabilidade das práticas de reprodução material e simbólica de diferentes populações vê-se ameaçada.Em geral, essas populações constituem-se em agentes de conflitos ambientais, articulando variadas estratégias de resistência¹⁹.

O antagonismo entre desenvolvimento capitalista e meio ambiente assumiu uma feição dramática com o avanço do capital e o financiamento de empreendimentos (complexos industriais,infraestrutura e agroexportação) em áreas primordialmente

¹⁷BRUSEKE, F.J.O problema do desenvolvimento sustentável.In:CAVALCANTI,C.(Org.).Desenvolvimento e natureza:estudos para uma sociedade sustentável.São Paulo:Cortez;Recife:Fundação Joaquim Nabuco,1995,p.27-40.

¹⁸ TRUJILLO-ORTEGA,Laura Elena.“Ecología política del desarrollo sostenible”,In:Agroecología e os desafios da transição ecológica,Moisés V.Balestro & Sérgio Sauer (Orgs.),São Paulo:Editora Expressão Popular,2009,p.72.

¹⁹ LASCHEFSKI, Klemens & ZHOURI, Andréa (Orgs.). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010,p.17.

cobertas por vegetação natural,mas vistas como “subutilizadas” e passíveis,portanto,de apropriação,o que agudizou a devastação e os conflitos socioambientais,sobretudo na região da Pan-Amazônia,lócus fundamental da incontabilidade²⁰do capital-imperialismo brasileiro,através dos financiamentos do BNDES, no decorrer do século XXI.

Empreendimentos expropriatórios:

Em 2004, o BNDES aprovou o financiamento referente à exportação de bens e serviços da **Odebrecht** para a construção da hidrelétrica de San Francisco, na região amazônica de Pastaza no Equador. A hidrelétrica passou a funcionar no ano de 2007 e, em 2008, apresentou inúmeros problemas, tais como rachaduras e defeitos em turbinas, o que desembocou num imbróglia diplomático, com a emissão de dois decretos por parte do governo Rafael Corrêa em que se exigia a tomada dos bens da construtora, o término de todos os contratos da empresa no país e a expulsão de seus funcionários do território equatoriano²¹.

Na Bolívia, o Banco financiou a construção da estrada San Ignacio de Moxos (Cochabamba-Beni), em Villa Tunari, com custo de aproximadamente U\$332 milhões, acordado em 2007, no então governo Lula, com o presidente boliviano Evo Morales. A construção da estrada foi entregue à empreiteira brasileira OAS em meio a uma situação conflituosa entre a também empreiteira Queiroz Galvão, que havia sido expulsa do país por não cumprir especificações do projeto de construção de duas rodovias no sul da Bolívia²². Dois anos depois, a empresa passou a ser investigada pela controladoria geral da Bolívia sob a acusação de superfaturamento na construção da estrada²³.

²⁰ Para se consolidar enquanto um sistema dominante,o capital teve que romper entraves dos modos de produção precedentes e eliminar as restrições sociais,políticas e materiais ao seu impulso constitutivo da autorreprodução contínua.Nesse sentido,segundo István Mészáros,o capital constitui um sistema sócioreprodutivo orientado pela expansão e concentração com vias a valorizar o “valor” permanentemente,sendo qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva passível de ser removido,independente dos recursos a serem empregados,tais como a devastação ambiental,o genocídio,a retirada de direitos etc.(MÉSZÁROS,2002,p.609-610;711)

²¹ FONSECA, Bruno e Mota, Jéssica. Na pan-amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira, Disponível em: <http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>.

²² As estradas apresentavam rachaduras nas obras e utilização de asfalto no lugar de cimento, segundo apontou o governo boliviano em 2007. A Bolívia chegou a decretar prisão de um dos diretores da

Em solo peruano, o banco aprovou um empréstimo para exportação da Confab industrial S/A com destino à transportadora de gás do Peru, via *buyer's credit*²⁴, ao projeto de gás Camisea, no departamento de Cuzco. Tal projeto iniciou-se também em 2003 com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tinha como objetivo transportar gás natural e líquidos de gás natural até a área costeira do Peru no Oceano Pacífico. O Consórcio Camisea é liderado pela argentina Pluspetrol, junto à Repsol-YPF, Sonatrach, Hunt Oil, Techpetrol e SK Energy. Durante os primeiros anos de desenvolvimento do projeto, ocorreram seis vazamentos de gás. A localização deste empreendimento era em uma região próxima a comunidades indígenas – como a Reserva Territorial Kugapakori, Nahua, Nanti (RTKN), onde vivem os índios Nahua, Nanti Matsigenka e Mashco-Piro.

Megaempreendimentos hidrelétricos:

Inambary (Peru) – Remoção de 60 povoados, expropriação de 101km da interoceanica sur (coberto pelo reservatório), impactos ecológicos:

a) distúrbios nos ciclos biológicos da fauna e da flora aquáticas, b) resultar em perda da área de floresta, morte de animais e até extinção de espécies locais, c) aumentar o risco de doenças como malária, febre amarela, dengue etc e d) gerar gases tóxicos de efeito estufa, produzidos pela decomposição da flora que for submersa, a liberar mais de 69 milhões de toneladas de CO₂.

Binacional Mamoré –ODEBRECHT- e Cachuela Esperanza –ELETROBRÁS- (Bolívia): Profundo reordenamento territorial com as expropriações (via represamento) no povoado de Beni. Objetivo de aumentar a vida útil de Santo Antônio e Jirau (MORAES, 2012)

-Conexão de mercados regionais e globais através de grandes obras de infraestrutura.

UHE Munduracu –ODEBRECHT-(Equador); US\$90, 2 milhões.

companhia, que fugiu do país. Ver: MAISONNAVE, Fabiano. “Bolívia quer que Queiróz Galvão refaça obra”, In Folha de São Paulo, 09/09/2007

²³ Disponível em: <http://www.contec.org.br/index.php/testando2/37-marco-2009/196-196>.

²⁴ Nessas operações, os contratos de financiamento são estabelecidos diretamente entre o BNDES e a empresa importadora, com interveniência do exportador. As operações são analisadas caso a caso, podendo atender estruturas específicas de garantia e desembolso. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html.

Conclusão:

À guisa de conclusão, tentamos aqui demonstrar a incompatibilidade entre a expansão do capital e o meio ambiente, sobretudo com as formas tradicionais de vida, representando, inclusive, a possibilidade de destruição destas e da própria natureza. A expropriação dos povos tradicionais ainda está em curso, portanto, este é um tema ainda inconcluso, com lutas latentes e de caráter imediato. Defendemos também a fecundidade da teoria marxiana, sobretudo à luz da lei do valor e das noções de desenvolvimento e expropriações, para compreender a formulação intelectual do BNDES como alavanca para as políticas de expansão da lógica do capital.

Bibliografia:

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ALIMONDA, Héctor. “Una herencia en comala: Apuntes sobre la Ecología Política latinoamericana y la tradición marxista”. Revista Ambiente & Sociedade, Ano 4, N.9, 2001.

_____. La Naturaleza Colonizada: Ecología Política y Minería en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2011.

ARÁOZ, Horácio Machado. Capitalismo, colonialismo y crisis ecológica global. Crisis de la Naturaleza y naturaleza de la crisis: síntomas. Documentos de Trabajo del Centro de Investigaciones y Estudios Sociológicos, Año: 2014

BELLAMY FOSTER, John. A ecologia de Marx: Materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2011.

BRUSEKE,F.J.O problema do desenvolvimento sustentável.In:CAVALCANTI,C.(Org.).Desenvolvimento e natureza:estudos para uma sociedade sustentável.São Paulo:Cortez;Recife:Fundação Joaquim Nabuco,1995.

CARSON,Rachel. Primavera Silenciosa,São Paulo:Editora Gaia, 2010.

Economia Verde:O que é feito em nome do meio ambiente e do clima?,Caderno de estudo n°5,Março de 2016,Rede Jubileu Sul,disponível em: <http://www.jubileusul.org.br/>.

COTRIM, Ivan. A determinação ontonegativa originária do valor. São Paulo: Alameda, 2011.

DUAYER, Mario. Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho. Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 29, v. 10, pp. 35-47, Rio de Janeiro, 1º semestre 2012.

_____ ; MEDEIROS, João Leonardo. Marx estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. In: MIRANDA, F.; MONFARDINI, R. Coleção NIEP-Marx, Volume II, Ontologia e estética. Consequência, Rio de Janeiro, 2015.

ENGELS,Friedrich. Dialética da Natureza.Lisboa:Editora Presença,1974.

_____.A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.São Paulo:Boitempo,2010.

FONSECA, Bruno e MOTA, Jéssica.BNDES, para exportação,In: <http://apublica.org/2013/11/bndes-para-exportacao/>.

_____.Na pan-amazônia, o BNDES financia obras à moda brasileira,In: <http://www.oeco.org.br/bndes-na-amazonia/27805-na-panamazonia-o-bndes-financia-obras-a-moda-brasileira>

FONTANA, Josep. História: Análise do passado e projeto social. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GARCIA, Ana Saggiaro. “Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta”, In: Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

_____. A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo, Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, PUC-RJ, 2012.

HARRIBEY, Jean-Marie. Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana. Disponível em: http://resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html

HARVEY, David. O Novo Imperialismo, São Paulo: Editora Loyola, 2005.

LASCHEFSKI, Klemens & ZHOURI, Andréa (Orgs.). Desenvolvimento e Conflitos Ambientais, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. Ecologia y capital. México: UNAM, 1986.

LOWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. Revista Crítica Marxista, n.28, p.35-50, 2009.

Lutas ecosociais dos indígenas na América Latina. Revista Crítica Marxista, p.61-69, nº38, 2014.

MAISONNAVE, Fabiano. “Bolívia quer que Queiróz Galvão refaça obra”, In Folha de São Paulo, 09/09/2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos. (seleção de Michael Löwy). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2008.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

_____. Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857- 1858: esboços para a crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Capital: Crítica da economia política, Livro 1 – O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

_____. Debates acerca da Lei sobre o Furto de Madeira. Por um Renano. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm>

_____. Sobre a questão judaica. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

NASH, Roderick. “Environmental history”, In: The state of American history, Herbert J. Bass (Org.) Chicago: Quadrangle Press, 1970.

QUAINI, Massimo. Marxismo e Geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TRUJILLO-ORTEGA, Laura Elena. “Ecología política del desarrollo sostenible”, In: Agroecología e os desafios da transição ecológica, Moisés V. Balestro & Sérgio Sauer (Orgs.), São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

WALLERSTEIN, I. Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos: un análisis de sistemas-mundo. Madri: Akal, 2004.